**DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O CONCEITO
CONSTITUCIONAL DE TRABALHO NO BRASIL: NOVAS FORMAS DE
TRABALHO**

**THE APPLICATION OF PUBLIC POLICIES REGARDING THE
CONSTITUTIONAL CONCEPT OF LABOR IN BRAZIL: NEW FORMS OF
WORK**

José Eduardo Trevisano Fontes¹

Henrique Garbellini Carnio²

RESUMO

O conceito de trabalho no Brasil, sob o aspecto de prático de sua aplicação na mão de obra, veio sempre a reboque daquilo que se entendia e entende como o mais adequado para um “desenvolvimento” social sustentável e vertiginoso. Contudo, pouco ou nada se discute nas decisões judiciais sobre o efetivo valor do trabalho, sob o prisma de sua historicidade, diante das grandes mutações sociais, trazendo como foco central a figura do ser humano. A crítica que se faz é sobre a pouca ou inexistente participação da sociedade na construção de políticas públicas voltadas para o resguardo da dignidade do ser humano nas “novas formas de trabalho”. Assim, faz-se a análise do conceito de políticas públicas voltadas diretamente para resguardar os direitos constitucionais sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Conceito de trabalho; “Novos” direitos; Controle Judicial; Sociedade da informação

¹ Possui graduação em Direito - Faculdades Integradas de Guarulhos. Especialista em direito e processo do trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutorando e Mestre em direito pela Faculdade Autônoma de Direito - FADISP. Sócio na Freitas Guimarães Advogados Associados. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: vínculo de emprego, função social do direito do trabalho e questões constitucionais no âmbito da justiça trabalhista. E-mail: joseeduardo@freitasguimaraes.com.br

² Doutor em Filosofia do Direito e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2013) e Mestre em Filosofia do Direito e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2008). Pesquisador Colaborador no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, com pós-doutorado em filosofia (2016). Foi bolsista no mestrado e doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Professor do núcleo de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor permanente do curso de mestrado e doutorado em direito da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP. Advogado sócio do escritório Freitas Guimarães Advogados Associados. E-mail: henrique@freitasguimaraes.com.br

ABSTRACT

The concept of labor in Brazil, in terms of its practical application in the workforce, has always followed what was understood and considered most suitable for sustainable and rapid social development. However, little or nothing is discussed in judicial decisions about the actual value of work, from the perspective of its historicity, in the face of major social changes, with a central focus on the human being. The criticism is about the limited or non-existent participation of society in the construction of public policies aimed at safeguarding human dignity in the "new forms of work." Thus, an analysis is made of the concept of public policies directly aimed at safeguarding constitutional social rights.

KEYWORDS: Concept of labor; "New" rights; Judicial control; Information society

1 INTRODUÇÃO

Analisando o esboço histórico do trabalho no Brasil nos deparamos com inúmeras alterações no conceito de trabalho onde passamos pela escravidão, pelo trabalho como puro meio de subsistência, pelo início de sua dignidade social, por uma dignidade social afirmativa, pela sua inserção constitucional como direito fundamental e, mais recentemente, baseado em modelos flexíveis de produção, ganhando ainda mais força o capital financeiro.

Um aspecto a ser refletido nas constantes alterações do conceito de trabalho é a imposição daquilo que se tem como um “milagroso” modelo que irá revolucionar o mercado de trabalho e impulsionar a economia.

Quanto ao papel do Poder Judiciário sobre essas “novas formas” de trabalho, resta evidenciado que os primeiros conflitos sobre o reconhecimento ou não do vínculo de emprego ocorreu no ano de 2015 e de lá pra cá, quase nove anos, a jurisprudência em torno do assunto ainda não foi pacificada, nem na Justiça do Trabalho, nem na Justiça comum, já que se pode estar tratando de uma relação não trabalhista.

A ausência efetiva de intervenção do Estado nas decisões judiciais ocorre pela falta de uma intervenção legislativa para enquadrar a inovação frente aos conceitos jurídicos de empregado e empregador (artigos 2º e 3º da CLT).

Diante da evidente omissão do Estado nas políticas públicas que garantam um trabalho digno aos cidadãos, temos, em aberto, um debate sobre as estruturas

econômicas da atualidade na perceptiva da visão dos trabalhadores e uma outra visão das imposições que o mercado determina, ou seja, necessários trazermos uma discussão dos poderes juntamente com a sociedade para avançarmos na relação laboral buscando um equilíbrio no intuito de agregar e não excluir a mão de obra em razão de conceitos pré-determinados (conjunto de ofertas e de demandas de emprego se confrontam com a quantidade oferecida).

O efetivo oferecimento de políticas públicas é crucial para avançarmos em um novo direito do trabalho, em uma visão conjunta desta relação que, por si só, já é conflituosa em sua natureza.

2DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A DECISÃO JUDICIAL ADEQUADA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

As relações laborais, com o próprio aval do Estado, criaram a ideia que não há condições materiais para impulsionar um movimento politicamente consistente de superação de uma ordem despótica na qual o econômico se sobrepõe ao humano e a própria economia, traçada em um viés revestido do político, acaba por querer demonstrar que a força do mercado é o único motor de desenvolvimento social, ocupando, portanto, valor de destaque e superior em relação às questões humanas.

Contudo, não se pode perder de vista que é obrigação do Estado a proteção e aplicação de eficácia imediata dos direitos fundamentais sociais a qualquer cidadão que dele necessitar.

Sobre esse enfoque, não há dúvida, que qualquer decisão judicial que envolva direitos sociais necessita de uma construção adequada à Constituição Federal, como no caso do trabalho.

Lenio Streck em sua obra verdade e consenso faz uma crítica ao conceito de constitucionalismo contemporâneo do modo como está sendo aplicado nas decisões judiciais, principalmente quando envolve os chamados “novos direitos”³

³ABBOUD, Georges. CARNIO, Henrique Garbellini. OLIVEIRA, Rafael Tomaz de. **Introdução ao direito: Teoria, Filosofia e Sociologia do Direito**. 6ª Ed. Ver., Atual. E Ampl., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 602.

(...) Tal proposta está inserida no contexto de constitucionalismo Contemporâneo que redefiniu o Direito Público a partir de uma reconstrução de todo fenômeno jurídico na senda do Direito Constitucional. Assim, procura-se estabelecer o horizonte teórico adequado para que as decisões judiciais construam respostas adequadas à Constituição.

Esse “novo direito” no presente caso se ampara no direito fundamental e social ao trabalho, ou seja, na dignidade do humano fundamentada no próprio Estado Brasileiro.

Nessa senda, é inegável que os direitos humanos assumem um papel de destaque na ordem constitucional e deve ter toda a obrigação prestacional do Estado no seu controle de constitucionalidade.

É muito difícil discutir “novas formas de trabalho” em um País que não consegue reduzir os seus contrastes sociais (corrupção, concentração de renda, desigualdade regional, parte da população vivendo na pobreza absoluta).

Filomeno Moraes há quase 20 anos alertava-nos que ⁴

Compreender que a pobreza estrutural brasileira, e os seus consectários políticos e culturais, decorrentes em grande medida de um modelo econômico que vem mantendo ao longo do tempo a sua perversa vocação concentradora de renda, exigem soluções de natureza macroeconômica, que devem ser enfrentadas e contempladas na arena política. Se não for assim, conquistas no plano jurídico tendem a tornarem-se meras declarações de boa vontade.

Outro ponto fulcral na análise das políticas públicas em relação as “novas formas de trabalho” é não nos apegarmos a conceitos tradicionais que classificam o trabalho, mas por outro lado não perdermos de vista a historicidade, ou seja, precisamos zelar pela correspondência entre conceitos de trabalho que se desenvolveram ao longo dos séculos (trabalho escravo, trabalho como pura subsistência, início da dignidade como direito social do trabalho) e o processo histórico de desenvolvimento deste direito constitucional a partir da Constituição Federal.

Esse ponto fulcral se desenha perfeitamente nas dimensões dos direitos fundamentais de Paulo Bonavides, em especial a quinta dimensão, que trata dos direitos vinculados aos desafios de uma sociedade tecnológica e da informação.

⁴MORAES, Filomeno. Direitos e garantias fundamentais e a realidade brasileira. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro**. San José – Costa Rica/Brasília, 1996.p. 481-482.

Quando tratamos de uma sociedade tecnológica e da informação não colocamos a economia como poder soberano frente ao humano, mas o contrário.

José Adércio Sampaio quando trata da quinta dimensão afirma que “(...) a quinta dimensão abarca o dever de cuidado, amor e respeito para com todas as formas de vida, bem como direito de defesa contra as formas de dominação biofísica geradores de toda sorte de preconceitos.”⁵

Nesse sentido, o papel primordial da política pública é entender os anseios e transformações sociais através de uma base de cunho constitucional social e fornecer referências aos Poderes Executivo e Legislativo para elaboração de medidas jurídicas adequadas ao avanço social, mas que não percam a essência de sua historicidade, ou seja, as políticas públicas só se justificam se houver a funcionalidade do controle judicial através da atuação de seus agentes na efetivação dos direitos sociais.

3DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E DA NECESSIDADE DE UMA SOCIEDADE PARTICIPATIVA

Temos que a partir do século XIX a sociedade muda seu *status* estrutural e aquele sentido de estrutura social para a ter um novo sentido quando a sociedade para a se organizar por funções (política, jurídica, econômica religiosa, etc...). Nesse sentido, a qualquer indivíduo pode ser atribuído o direito de participar dessas funções sociais.

Nesse sentido próprio do princípio da Igualdade não haveria qualquer indivíduo excluído socialmente, ou seja, não bastaria que todos fossem iguais perante a Lei, mas sim iguais nas tomadas de decisões e na participação social.

Não nos cabe mais a pensar em uma sociedade baseada no *Leviathanem* que o acordo civil, depois de pactuado, torna-se uma carta imutável.

Não se trata de não manter o que foi pactuado, até porque o respeito a Constituição Federal nos faz concretizar um Estado Democrático de Direito, mas pensar que uma norma jurídica que não se encaixa em uma sociedade que se modificou ao longo do tempo não é mais uma norma jurídica, ou mesmo uma norma jurídica sem eficácia.

⁵SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos Fundamentais. Retórica e Historicidade**, Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 29.

O debate da sociedade (que seja maioria ou minoria), de certa forma, manifesta-se através da vontade geral e de um direcionamento para a efetiva aplicação das políticas públicas.

Como já dissemos, a política pública é um instrumento para efetivação dos direitos humanos e assim a busca de forma adequadas para sua efetivação para necessariamente por entender que a proteção aos direitos sociais passa, muitas vezes, por uma mudança sociojurídica dos conceitos que foram criados há décadas atrás.

Assim, a concretização do direito para o necessário desenvolvimento social só é possível pelo exercício da liberdade política pelos cidadãos, o que se destina ao cumprimento das políticas públicas.

Para tanto, as políticas públicas, sob o olhar das novas formas de trabalho, deveriam se debruçar na estrutura e conceito da Bioética e Biopolítica.

4 DA BIOÉTICA E BIOPOLÍTICA

A bioética, apesar de se mostrar já mais bem estruturada e autônoma que o biodireito, por se tratar de uma ciência transdisciplinar em sua essência, não possui um método próprio nem contornos rígidos, de modo que no seu processo de construção muitas são as formas como ela pode ser compreendida, desenvolvida e aplicada, especialmente pelo fato de que está em constante construção e transformação e também pelas mais variadas diferenças históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas existentes nas sociedades.

De modo sucinto pode-se dizer que o biodireito busca mediar o encontro do direito com as ciências da vida, buscando satisfazer da melhor forma possível, tendo sempre como compromisso fundamental o respeito à Constituição e aos direitos humanos e fundamentais, as demandas dos indivíduos e da sociedade oriundas dos impactos concretos e possíveis das biotecnologias. Neste sentido, o biodireito vem se afirmando cada vez mais como um ramo próprio do direito, mantendo sempre uma relação intrínseca com a bioética.

Porém, o conhecimento científico, especialmente nessas áreas, além de estar em crescente aceleração, não é linear, propiciando mudanças significativas, às vezes em curtos espaços de tempo, no que diz respeito à melhor forma de lidar com determinadas tecnologias ou processos terapêuticos. As mutações que lhe são inerentes impactam

diretamente o desenvolvimento do biodireito, o que, por sua vez, tem o condão de impactar reciprocamente a bioética enquanto reflexões éticas, morais e políticas a respeito dos avanços técnicos e científicos e seus limites.

Primeiramente convém destacar que as dificuldades do biodireito estão diretamente atreladas às peculiaridades da bioética e, mais especificamente, ao fato de que não existe apenas uma bioética no sentido tradicional do conhecimento, pois estamos falando de uma disciplina intrinsecamente pluri e transdisciplinar. Obviamente que a função do biodireito não pode ser a de unificar ou imprimir um sentido único à bioética, mas é fundamentalmente a de conseguir reduzir a sua complexidade de modo que sua contribuição possa ser efetiva na solução de questões jurídicas altamente complexas quando conflitos perpassados pelas discussões bioéticas são judicializados, o que tem se tonado cada vez mais comum.

Neste sentido é que podemos afirmar que existe uma relação complexa de interdependência entre a bioética e o biodireito, de influência recíproca, uma vez que a bioética fornece parâmetros e referências para o biodireito e este, por sua vez, na medida em que se desenvolve e confere força legal às questões judicializadas, especialmente, invariavelmente precisa escolher – por mais que isso não fique explícito, e aí reside o problema – qual ou quais noções de bioética está lhe servindo de suporte e referência. São, em última instância, construções que se perpassam e interferem uma no desenvolvimento da outra.

Contudo, devido às próprias características já ressaltadas da bioética, não é possível, ao menos sem desvirtuá-la, imprimir-lhe um sentido unívoco. A sua riqueza, aliás, provém de seu constante desenvolvimento, das contribuições que vem recebendo ao longo das décadas, inspirando mudanças ao mesmo tempo em que se modifica ao ter contato com diferentes sociedades e suas diferentes culturas, valores, histórias, modos de pensar e de organização.

A noção de biopolítica ganhou grande notoriedade com o pensamento de Michel Foucault, que a entendia como a captura da vida pela política, de modo que esta começa a se organizar e expressar através do controle da vida, mais especificamente em sua conotação biológica. Para que tenhamos uma melhor compreensão da ideia, é necessário, antes destacarmos o modo como Foucault concebe o poder.

5 DO CONCEITO DE TRABALHO COMO DIGNIDADE SOCIAL

O Estado Democrático de Direito liga-se diretamente ao marco contemporâneo do constitucionalismo ocidental em um processo de desenvolvimento social (político, cultural e jurídico) pós Segunda Guerra Mundial.

Conforme leciona Mauricio Godinho Delgado⁶ "(...) nesse novo paradigma conceitual, tem destaque diferenciado a importância da pessoa humana e sua dignidade, que direciona princípios e regras para toda a matriz teórica e prática."

Porém, no mundo contemporâneo, o trabalho não pode mais ser visto com um contrato, mas como um Direito Humano: sem ele, na hegemonia do regime de mercado, para a pessoa que não é detentora de capital, não há condições de alcance da dignidade humana, pois somente através de sua força de trabalho conseguirá renda para viver. A dimensão que se dá a este eixo central da relação de trabalho - prestação de serviços versus salário -, determina o tipo de Direito que se aplica, um Direito Privado pelo qual se trataria de uma relação de compra e venda da mercadoria trabalho, ou um Direito Público humanista que, na assimetria de poder desta relação, tutela a parte mais fraca preconizando a supremacia da pessoa e de sua dignidade humana, cujo trabalho há de ter valor superior ou, no mínimo, igual ao do capital.

Temos aqui um paradoxo entre um mundo globalizado celebrante das virtudes do livre comércio, da flexibilização das relações laborais, completamente oposto ao ritmo do Estado na criação e aplicação das leis, ainda consideradas rígida, unilateral e inaplicáveis.

Contudo, temos que compreender que o valor do trabalho não está somente agregado ao mercado ou em suas leis de proteção, ou seja, não se trata de um produto ou de uma mercadoria que está separado daquele que a opera (trabalhador(a)), pois se assim entendermos iremos retroceder ao conceito de trabalhador como a coisificação do trabalho.

Assim, quando se fala do binômio capital/trabalho não se trata de esvaziarmos um lado em detrimento do outro lado, mas "É essencial que a modernização da sociedade seja feita à luz de critérios de emancipação social e não

⁶DELGADO, Mauricio Godinho e Gabriela Neves Delgado. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho**. 4ª. ed., São Paulo: Editora LTr, 2017. p. 45.

apenas de acordo com o parâmetro da rentabilidade do capitalismo líquido e hiperliberal e do seu sub-produto, o direito do trabalho líquido e descompromissado.”⁷

Contudo, o Estado Constitucional não pode ser visto como um modelo que somente se desenvolveu no conceito humano, mas sim como um instrumento de “restauração da legalidade violada”⁸, ou seja, instrumento de resistência do indivíduo em face de uma possível opressão do Estado.

6 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - DIREITOS FUNDAMENTAIS E SOCIAIS DO TRABALHO

A história percorrida pelo constitucionalismo brasileiro ganhou uma importante página quando da promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo em vista o fato de esta ter sido a primeira a consagrar um título específico para os chamados direitos e garantias fundamentais (Título II), comportando em seu bojo quatro capítulos, quais sejam: Dos direitos e deveres individuais e coletivos (Capítulo I); Dos direitos sociais (Capítulo II); Da nacionalidade (Capítulo III); e Dos partidos políticos (Capítulo IV).

No que tange especificamente aos direitos sociais do trabalho, evidencia-se, de plano, já no art. 1º, inciso IV, e 7º que há uma determinação de que os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito em que a República Federativa do Brasil se constitui.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:(...)

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Art. 7º – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

Os autores, majoritariamente, entendem que os direitos sociais são passíveis de equiparação aos direitos fundamentais não só pela expressa inclusão daqueles no

⁷CASTELO, J. P. **O direito do trabalho líquido: o negociado sobre o legislado, a terceirização e o contrato de curto prazo na sociedade da modernidade líquida**. São Paulo: LTr, 2017, p. 15.

⁸ABBOUD, Georges. CARNIO, Henrique Garbellini. OLIVEIRA, Rafael Tomaz de. **Introdução à Teoria e à Filosofia do Direito**. 2ª Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 266.

texto constitucional como uma das espécies deste (Título II), mas também por um contexto mais amplo. Se o plano normativo constitucional, desde mesmo o Preâmbulo – este ao consagrar que “nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, (...) a igualdade e a justiça [social, fundamentalmente num país de contradições sociais historicamente inscritas em seus traços constitutivos] como valores supremos de uma sociedade fraterna (...) –, aponta claramente à persecução efetivamente concretizadora de seus traços garantistas, inequívoco a evidência que dele salta aos olhos um ato compromissário originário, inscrito na Constituição como um todo, enquanto horizonte do Estado e da nação brasileira, para com a justiça social, reforçado ainda pelos princípios fundamentais positivados no Título I, dentre os quais, enquanto centro de irradiação normativa de vinculação, bem como de interesses ao aqui pretendido, os contidos nos arts. 1º (fundamentos do Estado Democrático de Direito), incisos III (dignidade da pessoa humana), IV (valores sociais do trabalho e da livre iniciativa) e 3º, inciso I (construção de uma sociedade livre, justa e solidária).

O princípio da dignidade da pessoa humana, base estruturante do Estado Democrático de Direito, acaba por atuar como norte dos diversos direitos fundamentais, corroborando a compreensão de que há entre os direitos fundamentais, aqui consignados como direitos de liberdade – e os direitos sociais – direitos de igualdade – uma complementaridade necessária, enquanto diferentes dimensões de um desiderato comum, na exata medida em que eles dão forma, conteúdo e expressão a tal princípio, mas não se reduzindo, tão só em abstração, a ele.

Contudo, somente o vínculo de emprego (relações empregatícias), incluindo nesse contexto os trabalhadores avulsos, possui as proteções estampadas na Constituição Federal e em outros instrumentos legais como a própria CLT.

Essa intervenção é de suma importância, pois o próprio ordenamento jurídico utiliza equivocadamente a expressão “contrato de trabalho” para vincular um empregado ao empregador em uma relação empregatícia.

A CLT, que cuida das relações com subordinação, portanto das relações de emprego, é taxativa em seus artigos 2º e 3º para determinar quem se enquadra no conceito de empregado e quem se enquadra no conceito de empregador.

7 DAS NOVAS FORMAS DE TRABALHO – CONCEITO BASEADO NA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

A precarização do trabalho é um conceito datado. Ele se apresenta no contexto do surgimento de novas formas de trabalho impulsionadas por um processo de mudanças estruturais no capitalismo. Uma das suas principais metas é garantir a competitividade às empresas por meio de um processo de flexibilização das relações de trabalho.

Nesse processo, algumas novas bases institucionais para o desenvolvimento do próprio capitalismo apareceram, já que o sistema econômico, antes centrado no capital industrial, passou a se basear em modelos flexíveis de produção, ganhando ainda mais força o capital financeiro. O fato que impulsiona e, ao mesmo tempo, acompanha esse acontecimento é a iniciação das empresas a um processo de reestruturação com ênfase numa nova revolução tecnológica de base microeletrônica (cibernética).

O movimento que por meio dessa lógica impera é o seguinte: o emprego com registro em carteira é substituído por ocupações autônomas ou temporárias caracterizadas por maior instabilidade, ou seja, a precarização deve ser entendida como algo inserido num contexto liberalizante que dentre outros motes, possui o objetivo de transferir responsabilidade do empregador ao trabalhador.

Sua base é formada pela intensificação e ampliação da exploração da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical corporativa, além de um incremento da fragmentação social nas cidades, em razão do crescimento exacerbado do desemprego total e um desestímulo marcante no tocante a perspectivas de carreira e de trabalho devido à ampliação de um precário mercado de trabalho.

Recentemente, a nosso ver, um outro elemento deve ser somado ao estudo do fenômeno da precarização do trabalho, a saber, a chamada economia do compartilhamento.

Este conceito, segundo Rachel Botsman, contempla três tipos de sistemas⁹:

⁹BOTSMAN, R. ROGERS, R. **O que é meu é seu** :como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo. Porto Alegre: Bookman, 2011.

1. Mercados de redistribuição: ocorre quando um item usado passa de um local onde ele não é mais necessário para onde ele é. Baseia-se no princípio do “reduza, re-use, recicle, repare e redistribua”
2. Lifestyles colaborativos: baseia-se no compartilhamento de recursos, tais como dinheiro, habilidades e tempo.
3. Sistemas de produtos e serviços: ocorre quando o consumidor paga pelo benefício do produto e não pelo produto em si. Tem como base o princípio de que aquilo que precisamos não é um CD e sim a música que toca nele, o que precisamos é um buraco na parede e não uma furadeira, e se aplica a praticamente qualquer bem.

Em tese, então, a economia compartilhada permite que as pessoas mantenham o mesmo estilo de vida, sem precisar adquirir mais, o que impactaria positivamente não só financeiramente, mas também na sustentabilidade do planeta.¹⁰

Há um cenário de grandes promessas por trás disso tudo. Um verdadeiro messianismo. Primeiro argumento: nós construímos nossa comunidade, ao invés de sermos consumidores passivos e materialistas. É a promessa de uma nova era.

A economia do compartilhamento promete ajudar prioritariamente indivíduos vulneráveis a tomar o controle de suas vidas. Eles podem se tornar microempresários. São pessoas que se autogerenciam e que a todo momento promovem um movimento de entrada e saída deste modelo flexível de trabalho. “Montando nosso negócio na internet; podemos nos tornar anfitriões do Airbnb, motoristas do Lyft, um trabalhador manual para o Handy ou um investidor altruísta emprestando dinheiro no Lending Club”¹¹

Por trás do *slogan* “Economia do Compartilhamento” há grandes companhias dominantes dos setores que se tornaram forças esmagadoras e para poderem se manter passam a desempenhar um papel extremamente invasivo nas trocas que intermedeiam.

À medida que a Economia de Compartilhamento cresce, está remodelando cidades sem considerar aquilo que as torna habitáveis. Em vez de trazer uma nova fase de abertura e confiança pessoal a nossas interações, está criando uma nova forma de fiscalização, em que os prestadores de serviços devem viver com medo de ser delatados pelos clientes. Enquanto o CEO da companhia se refere de maneira benevolente e suas

¹⁰ MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

¹¹ SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante; 2017, p. 34.

comunidades de usuários, a realidade tem uma face mais sombria, definida pelo controle centralizado. Os mercados da Economia do Compartilhamento estão criando novas e nunca antes nomeadas forma de consumo. E ideia de “uma graninha extra” retoma os argumentos de quarenta anos atrás a respeito do trabalho feminino que não era visto como um trabalho de “verdade”, que demanda um salário mínimo, e, portanto, não tinha de ser tratado da mesma forma – ou valer o mesmo – que os trabalhos masculinos. Em vez de liberar indivíduos para que tomem controle direto sobre as próprias vidas, muitas companhias da Economia do Compartilhamento estão dando fortuna a seus investidores e executivos e criando bons empregos para seus engenheiros de programação e marqueteiros, graças à remoção de proteções e garantias conquistadas após décadas de luta social, e graças à criação de formas de subemprego mais arriscadas e precárias para aqueles que de fato suam a camisa.¹²

O que está em jogo neste cenário é como a economia do compartilhamento propõe duas visões de mundo. A primeira, uma visão comunitária e cooperativa, estruturada em trocas pessoais de pequena escala. Já, a segunda, é tomada por uma ambição disruptiva e planetária de companhia que têm bilhões de dólares para gastar, desafiando leis estabelecidas democraticamente por todo o mundo, comprando competidores na busca por ascensão e pesquisando novas tecnologias com o intuito de tornar obsoleta a força de tais leis.

Atualmente se passa uma crise da “sociedade do trabalho”¹³, na medida em que a atividade econômica predominante não é mais aquela voltada para produção de bens de uso, como tem sido durante toda a história da humanidade, e se não retrocedemos à pré-modernidade, ou mesmo, à pré-história, é porque ingressamos na “pós-história” e na “pós-modernidade”. O mais evidente sinal dessa crise, que aponta para o fim da sociedade de trabalho – e também, segundo os ideólogos do fim das ideologias, para a “morte do homem” e o “fim da história”, pois ambos, o homem e a história, como se depreende do que estamos a expor, sempre incluem, ontologicamente, o trabalho – seria a recente “débâcle” daquelas organizações políticas que teriam se fundamentado na valorização da força de trabalho humano.

¹²SLEE Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante; 2017, p. 33.

¹³ OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**, vol. II, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991, p. 21 e segs.

E é justamente na transferência da responsabilidade ou do risco do negócio que se encontra a chave de desconexão dessa “modalidade” de relação laboral com o nosso direito pátrio trabalhista.

Todo o ordenamento jurídico trabalhista está alicerçado na figura do empregado e empregador inseridos no conceito clássico de empregado (art. 3º) e empregador (art. 2º)¹⁴, sendo que no conceito de empregador tem-se como requisito essencial aquele que assume os riscos da atividade econômica.

Uma grande parcela dos operadores do direito e da própria sociedade coloca como ponto nevraugico para extinção da relação laboral celetista a reforma trabalhista ocorrida em novembro de 2017 através da promulgação da Lei 13.467/2017. Contudo, este fenômeno de transição há tempos vem dando sinais, por meio da própria evolução social, para a inteligência artificial que, por consequência, aflora ainda mais o individualismo, no qual o indivíduo se basta em si para superar todos os seus problemas e desafios.

Como preceitua Byung-Chul Han¹⁵

O excesso da elevação do desempenho leva a um infarto da alma. O cansaço da sociedade do desempenho é um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando. É um cansaço que Handke, em seu *Versuch über die Müdigkeit* (Ensaio sobre o cansaço) chama de 'cansaço dividido em dois': 'ambos afastaram-se inexoravelmente distantes um do outro, cada um em seu cansaço extremado, não nosso, mas o meu aqui e o teu lá': Esse cansaço dividido em dois atinge a pessoa 'com incapacidade de ver e mudez.

Esse “cansaço” é justamente o ponto onde “os riscos da atividade econômica” são transferidos para o pseudo empregado, fazendo com que aquela sociedade disciplinada e repressora advinda da Revolução Industrial, na qual a figura do empregador e empregado conceituados os artigos 2º e 3º da CLT que se encaixava perfeitamente na pacificação da relação laboral celetista não mais se sustente, ou seja, o nosso modelo de direito laboral não dá mais conta de proteger a sociedade nas relações laborais.

¹⁴ Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

¹⁵ HAN, Byung-Chul, **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p.71.

Nesse sentido é que a ausência de proteção do Estado nas relações laborais em nome do avanço social que “assassinará” nossos direitos fundamentais, já que a verdade posta para satisfação dos interesses de alguns, não coaduna com o interesse da maioria.

Em sua crítica da verdade, Michel Foucault traz justamente proposições sobre a possibilidade de alcance da verdade. Essa como conhecimento científico é como um efeito de verdade produzido por mecanismos estratégicos de poder presente nas práticas sociais, ou seja, a questão posta não é a “verdade do enunciado científico, mas com as práticas de enunciação”. (Foucault, 1997, p.111).

O século XXI se destaca pela “violência neuronal” (Byung Chul-Han), trazendo à baila um traço social no qual as pessoas se cobram cada vez mais para apresentar resultados (sendo elas mesmas vigilantes e carrascas de suas ações), inclusive trabalhando mais e recebendo menos em nome da busca de um resultado que nunca lhe satisfará.

Como se pode entender desse processo, não há ganhadores, já que o traço marcante desse giro digital nas relações de trabalho continua deixando a margem o conceito de trabalho na sua visão humana, ou seja, essa lógica do resultado coloca todos os trabalhadores na condição de “empresários”, o que determina seu completo afastamento dos direitos sociais na proteção do Estado.

CONCLUSÕES FINAIS

O que temos hoje em matéria de políticas públicas em relação as novas formas de trabalho mostra que o Estado está marginalizando cada vez mais o humano em detrimento de um pseudo “desenvolvimento econômico e social”.

Este momento de reflexão tem uma importância significativa para se voltar a pensar no ser humano como parte primordial nesse processo de desenvolvimento econômico – e aqui, não estou negando de forma alguma a importância da revolução tecnológica, que não terá mais volta.

As novas formas de trabalho (talvez não tão novas assim) não desqualificam ou afastam a forma de tratamento entre as partes. A lógica desta relação que há tempos impera (ou imperava), onde o trabalhador buscava a empresa dos sonhos baseada em um ótimo salário, uma estabilidade quase vitalícia e um plano de carreira vertiginoso,

ou seja, a empresa no papel de provedora com poderes de mando absoluto, não se sustenta mais no atual cenário.

Contudo, a partir de mudanças reais no ordenamento jurídico através de políticas públicas efetivas, será possível a busca por uma sociedade mais igualitária, mais harmoniosa e com maior bem-estar social para todos, pois a partir do momento que se consiga entender e defender que os direitos fundamentais (na esfera interna), os direitos humanos (na esfera internacional) e o princípio da dignidade humana, como base de todos os direitos devem ser respeitados, eficazes e aplicados nos ordenamentos jurídicos ao máximo se terá uma sociedade, sobretudo, mais humana.

Nota-se, no contexto atual, que o “clássico modelo jurídico-liberal-individualista tem sido pouco eficaz para recepcionar e instrumentalizar as novas demandas sociais, portadoras de ‘novos’ direitos referentes a dimensões individuais, coletivas, metaindividuais, bioéticas, nanotecnológicas e virtuais”. O que, de certa forma, “estimula e determina o esforço de redescobrir novas fontes de juridicidade, bem como de propor novos instrumentos jurídicos mais flexíveis, mais ágeis, mais democráticos e mais abrangentes”, ou seja, “capazes de regular situações complexas, diversidades de conhecimentos e fenômenos novos”.¹⁶

No contexto mais recente, os direitos absolutos (individuais e coletivos) perdem espaço para os direitos relativos, contextualizados e solidários. Os horizontes para a construção de uma nova teoria geral dos ‘novos’ direitos estão sendo delineados: alguns indícios apontam na direção do pluralismo jurídico (atores coletivos emergenciais, exigências valorativas contínuas, necessidades vitais, lutas específicas e diversidade intercultural), do novo Direito Processual (coletivo e democrático), da nova forma de interpretar e aplicar o Direito (repensar e recriar fontes alternativas de juridicidade) e do novo agente litigante da Justiça, mais compromissado com as práticas sociais

Gilberto Bercovici afirma a importância do indivíduo no processo de desenvolvimento do Estado¹⁷:

(...) é fundamental a participação social, política e cultural dos grupos tradicionalmente considerados como “objeto” de desenvolvimento, que devem tornar-se “sujeito” deste processo. Podemos afirmar, então, que a democracia também é essencial para o desenvolvimento.

¹⁶WOLKMER, Antonio Carlos, LEITE, José Rubens Morato (org.). **Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas – uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 43/44.

¹⁷BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003, p. 39.

A ideia da participação social, juntamente com as agências reguladoras, através de audiências públicas, de um debate democrático, de transparência nas decisões, se fundiria no conceito máximo de direitos fundamentais.

O que temos hoje é um retrocesso social do ponto de vista do humano (onde o trabalhador se tornou novamente um algoritmo em meio a um sistema complexo que o despreza, mas não o descarta pela simples necessidade da relação sadomasoquista), a manutenção da tecnicidade é muito mais importante dentro de uma pressão política, do que a vontade social em um Estado Democrático de Direito.

Paulo Bonavides afirmou categoricamente que¹⁸

O grupo de pressão se define em verdade pelo exercício de influência sobre o poder político para obtenção eventual de uma determinada medida de governo que lhe favoreça os interesses. (...)

Hoje a importância dos grupos tomou tal dimensão que não viu nenhum exagero em afirmar que são parte da Constituição viva ou da Constituição material tanto quanto os partidos políticos e independente de toda institucionalização ou reconhecimento formal nos textos jurídicos.

Portanto, as políticas públicas comprometidas somente com o crescimento econômico, que não se preocupam com os direitos fundamentais sociais e sua historicidade, não são políticas públicas na concepção da Constituição Federal, já que não promovem a transformação social.

Diante desse contexto devemos enxergar que a flexibilização na relação laboral não flexibiliza o conceito e o valor do trabalho, pois se assim pensarmos estaremos falando de outra relação laboral chamada de precarização!

Esse é o ponto fulcral na necessidade da participação do indivíduo no desenvolvimento das políticas sociais, principalmente aquelas voltadas ao conceito de trabalho, pois certamente os resultados alcançados através das políticas públicas terão um olhar econômico, mas jamais deixarão de acolher o sentido humano em sua efetivação.

Entende-se que o maior desafio é afirmar que o trabalho é um direito social e, portanto, jamais poderá perder a sua essencial, mesmo sendo flexibilizado ou totalmente transformado pelas novas forma criadas a partir da revolução 4.0.

¹⁸BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 18ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 461-462.

O que estamos buscando é a aplicação do princípio da proibição do retrocesso social, que garante a dignidade da pessoa humana fundamentada na eficácia da segurança jurídica.

Nesse sentido, a professora Flávia Piovesan¹⁹:

A dignidade da pessoa humana, vê-se assim, está erigida como princípio matriz da Constituição, imprimindo-lhe unidade de sentido, condicionando a interpretação das suas normas e revelando-se, ao lado dos Direitos e Garantias Fundamentais, como cânone constitucional que incorpora "as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro.

O artigo art. 1º, III e IV da Carta Cidadã de 1988 ampara “a dignidade humana” e “os valores sociais do trabalho”, com sucedâneo elementar do artigo 170 da CF/88 que estabelece “a ordem econômica é fundada no trabalho humano, e tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social”.

Tais ditames constitucionais estabeleceram o trabalho como função social, entendendo ser este o único instrumento adequado e honesto em que o trabalhador pode sustentar a sua família com dignidade, a manter o mínimo disponível com a proteção especial do Estado.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges. CARNIO, Henrique Garbellini. OLIVEIRA, Rafael Tomaz de. **Introdução à Teoria e à Filosofia do Direito**. 2ª Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ABBOUD, Georges. CARNIO, Henrique Garbellini. OLIVEIRA, Rafael Tomaz de. **Introdução ao direito: Teoria, Filosofia e Sociologia do Direito**. 6ª Ed. Ver., Atual. E Ampl., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

¹⁹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000, p. 37.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 18ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BOTSMAN, R. ROGERS, R. **O que é meu é seu : como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

DELGADO, Mauricio Godinho e Gabriela Neves Delgado. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho**. 4ª. ed., São Paulo: Editora LTr, 2017.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUIMARÃES, Ricardo Pereira de Freitas. **Manual de Direito Individual do Trabalho**. 1ª Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

HAN, Byung-Chul, **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORAES, Filomeno. Direitos e garantias fundamentais e a realidade brasileira. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro**. San José – Costa Rica/Brasília, 1996.

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 36. ed. São Paulo; LTr, 2011.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**, vol. II, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

SLEE Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante; 2017.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos Fundamentais. Retórica e Historicidade**, Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

WOLKMER, Antonio Carlos, LEITE, José Rubens Morato (org.). **Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas – uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2015

Submetido em 11.04.2024

Aceito em 15.06.2024